



24 de Novembro de 2017

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

ECONÔMICO
Valor

CONGRESSO APROVA MP DOS ROYALTIES DA MINERAÇÃO

O Congresso aprovou ontem a medida provisória que altera os royalties da mineração. A matéria, que havia sido apreciada pela Câmara no início da madrugada, foi referendada no Senado em menos de 18 horas e segue à sanção presidencial. O texto, votado de forma simbólica em ambas as casas, aumenta a alíquota do minério de ferro de 2% sobre a receita líquida para 3,5% do faturamento bruto da empresa, que inclui também gastos com frete e seguros.

O percentual foi fixado após pressão da Vale, maior mineradora do país, e articulação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A versão original do relatório do deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) era elevar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) para o minério de ferro a 4%, mas um acordo entre os partidos da base reduziu o valor para evitar que a MP perdesse a validade. "É aquela velha máxima de que o ótimo é inimigo do bom: o acordo se deu em torno da alíquota de 3,5%", disse Aécio Neves (PSDB-MG), relator da matéria no plenário do Senado.

Outros parlamentares de Estados mineradores também comemoraram a aprovação. "Como representante do Pará, eu tinha a obrigação de vir fazer esta pequena intervenção", disse na tribuna o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). "Eu venho porque isso faz bem ao meu Estado; isso repara imensas injustiças que o meu Estado vivenciou ao longo do tempo."

O governo defendia um modelo diferente, em que o royalty variaria de 2% a 4%, segundo a cotação internacional do ferro, principal minério exportado pelo Brasil. Com apoio dos prefeitos, que queriam uma regra mais previsível e arrecadação maior, Pestana estabeleceu uma alíquota fixa, com a possibilidade de ser reduzida a 2% apenas para minas que justifiquem ter "baixo desempenho". As mais produtivas não teriam o benefício.

A Vale defendeu junto aos deputados que o aumento do percentual dos royalties a prejudicará frente a outras mineradoras internacionais por causa do "custo-

Brasil" e de outros tributos, como o Imposto de Renda, que seria mais alto que em outros países. Pestana, contudo, insistiu na elevação, dizendo que os royalties brasileiros são os menores do mundo. "O royalty não é tributo. É uma compensação para a extração de um bem que vai e não volta", afirmou.

Para conquistar apoio à alíquota maior do ferro, Pestana promoveu uma redistribuição dos recursos arrecadados com a Cfem, que passarão a ser divididos com municípios afetados indiretamente pela mineração, como cortados por ferrovias ou com portos. Essas cidades terão 15% da arrecadação com royalties.

Os Estados foram os que mais perderam e tiveram sua parcela reduzida de 23% para 15%. A fatia do governo federal cairá de 12% para 10%, e os municípios mineradores terão 60% (era 65%). Como deve ocorrer um aumento generalizado nos royalties depois da aprovação da MP pelo Congresso, isso seria compensado, disse o relator. A estimativa do Ministério da Fazenda era ampliar a arrecadação de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 3,3 bilhões com a versão inicial da MP. Esse valor ainda não foi revisto.

O acordo costurado para aprovar o projeto envolveu ainda aumentar a alíquota do ouro de 1% para 1,5% e reduzir a dos fertilizantes para 0,2%. A Cfem varia de acordo com o minério, sendo de 2% na maioria dos casos.

Fonte: Valor

Autor: Fabio Murakawa e Raphael Di Cunto

Data: 23/11/2017



A EVOLUÇÃO DO COBRE NO BRASIL

1. Introdução e histórico

Até a década de 1990, somente as empresas Mineração Cariba e Companhia Brasileira do Cobre – CBC (desativada em 1996) tinham projetos de cobre em operação no Brasil. Em 1995, a produção de cobre contido no concentrado no país atingiu o total de 48.933 toneladas, decaindo para 26.275 toneladas em 2003, reflexo da desativação da CBC em Camaquã/RS. Em 2004, o Brasil inaugurou uma nova era na mineração de cobre com a implantação do projeto Sossego pela Vale, no Pará, iniciando as suas exportações de concentrados de cobre conforme tabela 01. Até então, somente o projeto da Mineração Caraíba, localizado na Bahia, tinha produção mais expressiva no cenário nacional. Em 2005, a Yamana implantou o projeto Chapada, em Goiás. Em 2012 e 2014, a Vale implementou os projetos Salobo I e II. Todos esses projetos transformaram o Brasil em exportador superavitário de cobre, contribuindo com geração de empregos, renda, divisas e desenvolvimento local/regional. Em 2016, a Avanco Resources iniciou a produção no projeto Antas North, no Pará. Citamos outras empresas de menor porte, que produziram cobre como produto principal, e de maior porte, que produziram o cobre como subproduto:

- Prometalica Mineração Centro Oeste (Americano do Brasil/GO): operou de 2006 até 2013;

- Prometalica (Santa Helena/MT): parceria entre o grupo Votorantim e a Jaguar Mining, com atividades iniciadas em 2006 e suspensas com a crise de 2008;

- Grupo Votorantim (Niquelândia/GO e Serra da Fortaleza/MG): produção de cobre como subproduto do níquel, com atividades atualmente suspensas;
- Serabi Gold (Itaituba/PA): produção de cobre como subproduto da mineração de ouro, em torno de 500 a 1.000 tpa.

2. Produção de cobre no Brasil, projetos futuros e cenários

A produção brasileira de cobre contido no concentrado atingiu seu pico em 2015 com 350.940 toneladas, destacando-se ainda o superávit das exportações de concentrado em torno de US\$ 1 bilhão (em 2006, o déficit havia atingido US\$ 549 milhões). Ainda em 2015, a balança comercial de cobre (concentrado + metal semimanufaturado) foi superavitária pela primeira vez, chegando a expressivos US\$ 413 milhões, conforme **tabela 01**.

TABELA 01: PRODUÇÃO, EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE COBRE

Evolução da produção, exportações e importação de Cobre no Brasil											
Ano	Produção (t) (1)	Exportações				Importações				Saldo US\$mil	
		Concentrado		Metal		Concentrado		Metal		Conc.	Conc.+metal
		(t)	US\$ mil	(t)	US\$ mil	(t)	US\$ mil	(t)	US\$ mil		
1993	43.398			97.000	202.596	125.954	190.444	94.000	104.630	-190.404	-132.478
1994	39.690			65.237	141.084	130.560	271.585	101.182	237.771	-271.565	-167.752
1995	48.931			58.243	167.585	121.410	353.540	206.878	269.335	-353.540	-455.490
1996	46.203			41.982	98.599	120.955	282.111	107.657	254.619	-282.111	-408.331
1997	39.952			35.987	83.670	138.699	276.507	110.308	262.388	-276.507	-475.025
1998	34.445			35.316	66.037	138.148	171.588	128.781	232.879	-171.368	-344.430
1999	31.371			39.676	95.915	195.148	219.292	126.282	209.821	-219.292	-333.200
2000	31.786			55.712	100.282	183.046	264.172	151.270	272.286	-264.172	-436.176
2001	30.111			38.343	91.076	182.179	236.721	144.830	228.620	-236.721	-375.265
2002	30.642			83.200	131.456	155.147	197.231	125.800	198.764	-197.231	-264.539
2003	26.275			84.830	150.823	138.229	195.074	173.950	311.023	-195.074	-355.274
2004	103.153	76.805	171.344	85.300	243.872	247.913	463.782	177.990	509.051	-292.488	-537.817
2005	133.325	116.051	299.237	112.520	413.424	132.780	413.266	200.410	796.707	-114.029	-437.112
2006	147.836	120.133	319.969	113.450	838.904	176.894	1.008.678	210.300	1.430.040	-548.709	-1.139.845
2007	205.728	177.705	1.032.312	102.000	725.822	154.541	1.077.660	217.908	1.550.555	-45.348	-670.081
2008	218.295	151.580	1.196.341	124.360	858.084	142.732	829.801	285.290	1.953.825	386.540	-728.201
2009	211.882	142.170	803.013	111.230	567.173	136.767	679.685	231.125	1.167.181	127.328	-472.580
2010	213.548	132.440	1.237.741	86.540	629.078	140.343	951.629	296.250	2.214.783	286.112	-1.299.553
2011	213.760	144.200	1.572.793	61.180	560.898	137.500	1.141.291	239.400	2.154.000	431.902	-1.162.200
2012	223.141	157.630	1.510.644	72.500	576.302	76.072	581.922	296.100	2.309.597	948.722	-844.573
2013	270.979	242.790	1.825.968	118.700	809.596	132.292	1.061.837	280.600	2.055.676	764.131	-421.949
2014	301.197	239.548	1.805.255	92.710	641.778	148.403	978.817	246.437	1.711.258	828.438	-238.042
2015	350.940	325.444	1.984.114	196.300	1.020.350	179.069	973.314	263.800	1.618.559	1.010.800	412.551

(1): teor cobre contido no concentrado. Fonte: DNPM (Sumários anuais)

Cabe destaca que os projetos de cobre já iniciados no Pará e em Goiás (Vale, Yamana e Avanco) também impactaram na elevação da produção de ouro no Brasil. Somente em 2016, o ouro obtido como subproduto da mineração de cobre atingiu um expressivo quantitativo da ordem de 15.800 quilos, correspondendo a cerca de 22,5% da produção industrial desse metal no Brasil. Entre 2000 e 2015, foram outorgadas 13 concessões de lavra para cobre, conforme **tabela 02**.

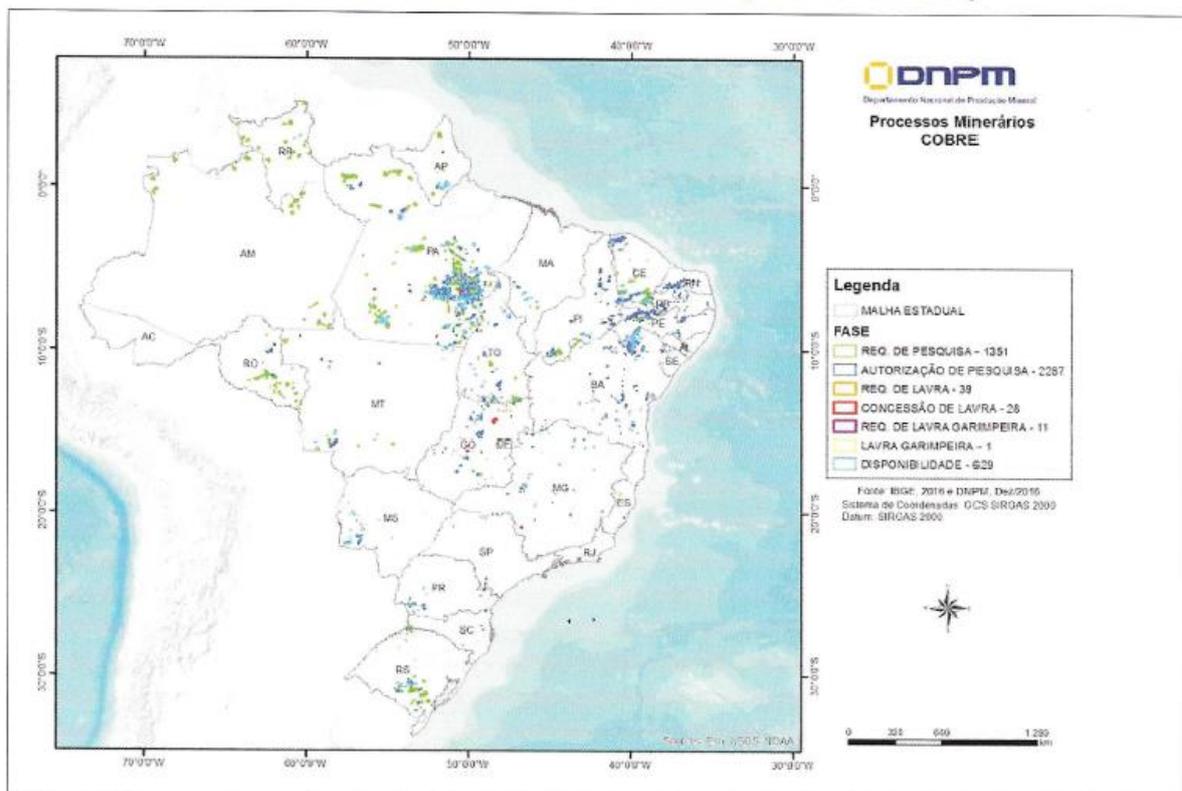
TABELA 02: CONCESSÕES DE LAVRA PARA COBRE – 2000 A 2015

Concessões de lavra- Metálicos / UF- 2000 a 2015																	
Subst./Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
AL																	
Cobre												1					1
BA																	
Cobre								1						1	1		3
CE																	
Cobre									2								2
GO																	
Cobre										1						1	2
MT																	
Cobre			1														1
PA																	
Cobre		1					1	1							1		4

Fonte: DGTM/DNPM

Na **figura 01** é mostrado o mapa com os direitos minerários do cobre, destacando-se os estados de Pará, Goiás, Tocantins, Rondônia Bahia e Rio Grande do Sul. Citamos ainda Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

FIGURA 01: TÍTULOS MINERÁRIOS COBRE (BASE 31.12.2016)



3. Projetos futuros e potencialidades

A Mineração Caraíba tem vários projetos de exploração de cobre na Bahia – Vermelhos, em Juazeiro; Suçuarana, em Jaguarari e Angicos, em Curaçá – e um no Pará: o de Boa Esperança, em Tucumã.

Também no Pará, a Vale tem um amplo portfólio de pesquisa mineral e projetos de cobre: 118, Visconde, Furnas, Paulo Afonso, Cristalino, Polo, Alemão, Igarapé Cinzento, Estrela, Gameleira, Águas Claras e Breves, que possibilitarão

futuramente a ampliação de sua produção. Porém, com a necessidade de licenças ambientais e investimentos envolvendo elevado CAPEX e prazo de implantação, estima-se que a Vale não coloque nenhum novo projeto de cobre em operação em torno dos próximos 5 anos.

Alguns outros projetos de médio porte, além de produção oriunda como subproduto da mineração de outros metais (zinco, níquel, chumbo e ouro), podem entrar em produção em um horizonte entre 3 e 5 anos.

Com os novos projetos e reativações, pode-se estimar uma projeção de produção da ordem de 400.000 toneladas de cobre contido no concentrado em 2022. Listamos, a seguir, alguns projetos em fase de pesquisa mineral e/ou avaliação de viabilidade econômica: Votorantim Metais (Caçapava do Sul/RS), Avanco Resources (Pedra Branca/PA e Rio Verde/PA), Aura Minerals (Mineração Rio Verde/AL), Lara (Mina Maravaia/PA, Planalto/PA e Liberdade/PA, este em associação com a Codelco). A Voyager Resources tem os projetos Salobo Sul e Primavera, tendo adquirido vários títulos minerários da Xstrata (adquirida pela Glencore). A Centaurus Metals também avalia os projetos Aurora e Parambu, no Ceará, e Salobo Oeste, no Pará.

Fonte: In The Mine

Autor: Mathias Heider

Data: Edição Novembro Nº 69



AVANÇA A AVALIAÇÃO ECONÔMICA DAS ÁREAS DE MINERAÇÃO DA CPRM QUE SERÃO OFERTADAS AO MERCADO

Especialistas da CPRM estiveram reunidos em Belo Horizonte, entre os dias 08 e 10 de novembro, com representantes das empresas vencedoras das licitações para avaliação econômica dos depósitos minerais de Bom Jardim (GO), Palmeirópolis (TO) e Miriri (PB/PE), que serão ofertadas a investidores privados no primeiro semestre de 2018.

As reuniões foram realizadas de acordo com o cronograma estabelecido no edital e buscaram avaliar os primeiros produtos entregues pelas contratadas. A previsão é que os estudos estejam concluídos até dezembro de 2017.

Segundo o chefe da Divisão de Economia Mineral e Geologia Exploratória da CPRM, Ruben Sardou, todas as empresas disponibilizaram informações que atenderam com qualidade as exigências dispostos no edital. “Esse encontro foi um importante passo no processo de preparação das licitações das três áreas, tendo-se obtido avanços técnicos significativos. Pode-se notar também o comprometimento das empresas em relação à qualidade dos trabalhos e aos prazos estabelecidos para a conclusão dos projetos”, avaliou.

Pela CPRM participou, além de Sardou, o pesquisador Ricardo Wosniak, coordenador de Modelagem Geológica e Estimativa de Recursos da DIEMGE, enquanto pelas contratadas participaram as equipes técnicas das empresas SAGA Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda. (Projeto sulfetos polimetálicos de Palmeirópolis), Ceres

Inteligência Financeira Ltda. (Projeto fosfato de Miriri) e GE21 Consultoria Mineral (Projeto cobre de Bom Jardim).

Fonte: CPRM – ASCOM

Data: 21/11/2017



NOVA PLATAFORMA DIGITAL DA VALE REÚNE CONTEÚDO SOBRE MINERAÇÃO E NEGÓCIOS PARA PESQUISADORES E ACADÊMICOS

Um espaço digital que reúne diversos materiais sobre temas de grande relevância como mineração, economia, legado e reputação, para dar suporte a alunos no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos de forma prática e intuitiva. Esta é a nova plataforma Vale na Universidade, que reúne conteúdo sobre mineração e a Vale, produzido por especialistas, além de materiais elaborados pelos empregados e conteúdo institucional, para que estudantes e pesquisadores possam conhecer melhor a mineração e a empresa.

A parceria de empresas com universidades é uma tendência no mundo. No Brasil, a Vale é uma das principais empresas que enxerga a oportunidade de relacionamento e abertura de diálogo com o público acadêmico. Até porque os universitários são os futuros profissionais e formadores de opinião.

A parceria da Vale com universidades começou em 2016, quando a área de comunicação corporativa, juntamente com as regionais da empresa, lançou o desafio de ressignificar a mineração para as principais universidades do Brasil, através do Prêmio Universitário da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje).

Em 2017, dando continuidade ao trabalho desenvolvido, a empresa estreitou a parceria com universidades do Rio de Janeiro. E assim nasceu o programa Vale na Universidade, com o objetivo de ampliar o entendimento sobre a indústria da mineração e a empresa.

[Acesse aqui a plataforma Vale na Universidade](#)

Fonte: Mining

Data: 20/11/2017

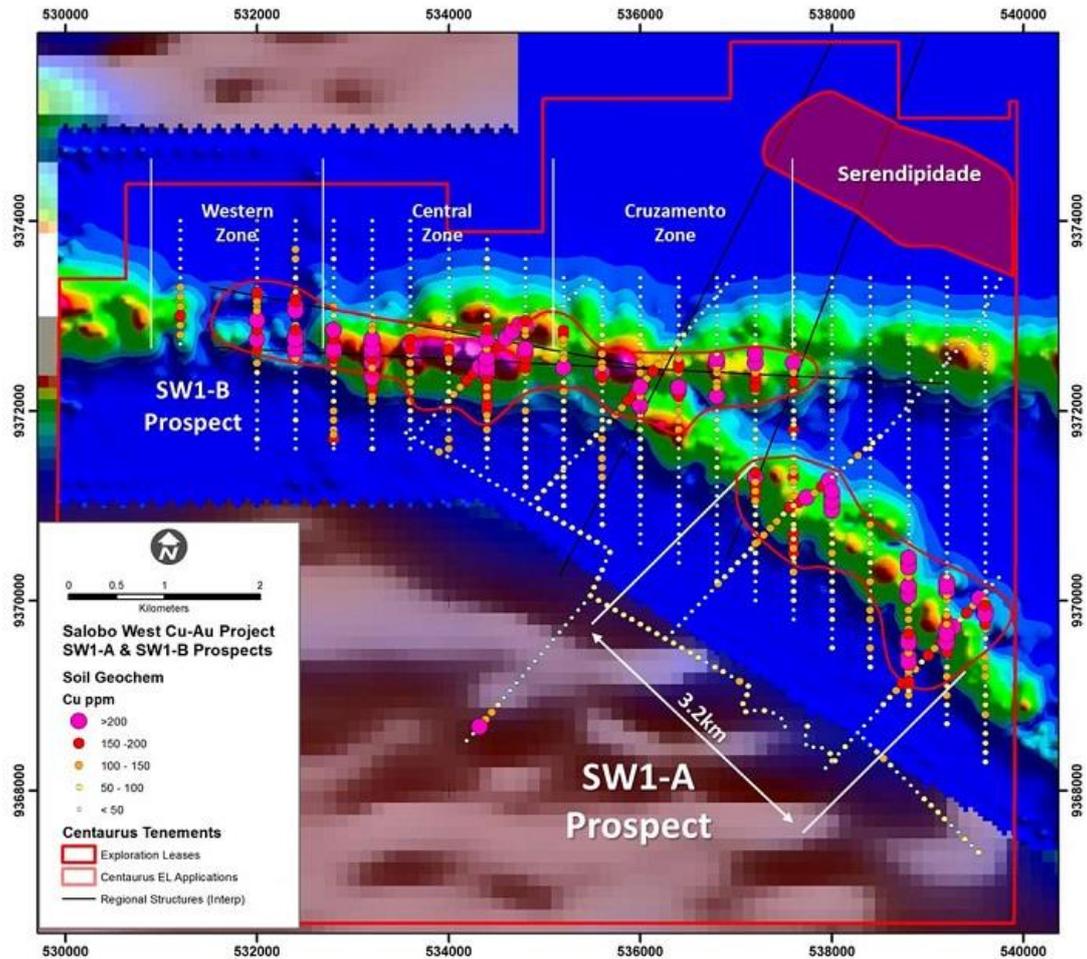


NOVA DESCOBERTA NO PROJETO SALOBO ANIMA MINERADORA EM MARABÁ

"A extensa anomalia de Cu-Au [Cobre-Ouro] em solo representa um alvo de IOCG [Minério de Ferro, Cobre, Ouro] excepcional, e está hospedada na mesma sequência estratigráfica e a apenas 15 km ao longo da camada mineralizada da [mina]

de cobre-ouro Salobo, da Vale, indiscutivelmente o segundo maior IOCG do mundo", diz a mineradora australiana em nota divulgada nesta segunda-feira.

Segundo a mineradora, tanto o prospecto SW1-A quanto o SW1-B abrigam diversos alvos de sondagem com IOCG, bem como apresentam características geológicas, estruturais, geoquímicas e geofísicas similares a outros conhecidos depósitos de IOCG em Carajás.



A Centaurus diz que tem sido capaz de recuperar um imenso banco de dados histórico sobre o projeto Salobo West e está, atualmente, validando, analisando e, quando adequado, reprocessando os dados obtidos. Os resultados desse trabalho devem ser apresentados na próxima semana, diz a companhia.

De acordo com a mineradora, o processo de licenciamento para a sondagem, junto às autoridades de meio ambiente, no caso o ICMBio, estão em fase avançada e devem estar disponíveis e aprovadas no início de 2018 o que deve "facilitar o início da sondagem pois acontece logo depois do fim da estação das chuvas na região".

"É bastante raro que uma empresa júnior possa acessar projetos de exploração dessa qualidade no coração de uma das melhores províncias de mineração do mundo, perto de depósitos de primeiro nível e de minas de cobre-ouro e minério de ferro de classe mundial, em operação. Temos sorte de ter acesso a uma riqueza de dados históricos que permitirão à companhia acelerar suas atividades de exploração. À medida que esses dados históricos forem revisados e validados e, à medida que nossa exploração avança, o valor significativo que vemos no projeto deve rapidamente tornar-

se mais evidente para os nossos acionistas", disse Darren Gordon, diretor da Centaurus, em nota.

As áreas do projeto Salobo West fazem parte de um acordo estratégico realizado entre Centaurus e Terrativa Minerais em outubro de 2016. O pacote, chamado Pará Exploration Package (Pará EP), inclui também o projeto de ouro Serra Misteriosa.

Fonte: Portal Canaã

Data: 20/11/2017



UPSURGE IN BIG EARTHQUAKES PREDICTED FOR 2018 AS EARTH ROTATION SLOWS

Scientists say number of severe quakes is likely to rise strongly next year because of a periodic slowing of the Earth's rotation

Scientists have warned there could be a big increase in numbers of devastating earthquakes around the world next year. They believe variations in the speed of Earth's rotation could trigger intense seismic activity, particularly in heavily populated tropical regions.

Although such fluctuations in rotation are small – changing the length of the day by a millisecond – they could still be implicated in the release of vast amounts of underground energy, it is argued.

The link between Earth's rotation and seismic activity was highlighted last month in a paper by Roger Bilham of the University of Colorado in Boulder and Rebecca Bendick of the University of Montana in Missoula presented at the annual meeting of the Geological Society of America.

"The correlation between Earth's rotation and earthquake activity is strong and suggests there is going to be an increase in numbers of intense earthquakes next year," Bilham told the Observer last week.

In their study, Bilham and Bendick looked at earthquakes of magnitude 7 and greater that had occurred since 1900. "Major earthquakes have been well recorded for more than a century and that gives us a good record to study," said Bilham.

They found five periods when there had been significantly higher numbers of large earthquakes compared with other times. "In these periods, there were between 25 to 30 intense earthquakes a year," said Bilham. "The rest of the time the average figure was around 15 major earthquakes a year."

The researchers searched to find correlations between these periods of intense seismic activity and other factors and discovered that when Earth's rotation decreased slightly it was followed by periods of increased numbers of intense earthquakes. "The rotation of the Earth does change slightly – by a millisecond a day sometimes – and that can be measured very accurately by atomic clocks," said Bilham.

It is straightforward. The Earth is offering us a five-year heads-up on future earthquakes

Roger Bilham of the University of Colorado in Boulder

Bilham and Bendick found that there had been periods of around five years when Earth's rotation slowed by such an amount several times over the past century and a half. Crucially, these periods were followed by periods when the numbers of intense earthquakes increased.

"It is straightforward," said Bilham. "The Earth is offering us a five-year heads-up on future earthquakes."

This link is particularly important because Earth's rotation began one of its periodic slowdowns more than four years ago. "The inference is clear," said Bilham. "Next year we should see a significant increase in numbers of severe earthquakes. We have had it easy this year. So far we have only had about six severe earthquakes. We could easily have 20 a year starting in 2018."

Exactly why decreases in day length should be linked to earthquakes is unclear although scientists suspect that slight changes in the behavior of Earth's core could be causing both effects.

In addition, it is difficult to predict where these extra earthquakes will occur – although Bilham said they found that most of the intense earthquakes that responded to changes in day length seemed to occur near the equator. About one billion people live in the Earth's tropical regions.

Fonte: The Guardian

Autor: Robin McKie

Data: 18/11/2017



COM TRÊS IPOs E AUMENTO NO NÚMERO DE OPERAÇÕES, SETOR DE MINERAÇÃO ENSAIA RETOMADA NO PAÍS

No início do ano, o setor minerário apresentava uma certa calma para engatar operações de M&A, em parte pela apreensão com relação às medidas regulatórias que estavam por vir. Tão logo se começou a falar sobre a revitalização do segmento, houve novamente um aumento do interesse, principalmente internacional, em projetos no Brasil.

Elaborada pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do Ministério de Minas e Energia (MME), a análise do desempenho do setor mineral, que compreende a mineração e a indústria da transformação mineral, mostra que houve um superávit de US\$ 16,5 bilhões de janeiro a setembro deste ano. No total, somam-se US\$ 33,8 bilhões de exportações e US\$ 17,3 bilhões de importações. Só o minério de ferro registrou um aumento de 55% no valor exportado.

Graciema Almeida, sócia do SV Law, sentiu uma movimentação no setor. "As operações de M&A, nas quais trabalhei nos últimos 3 a 4 anos, foram com empresas em dificuldade econômica que precisaram vender ativos para sobreviver ou com minas que estavam em recuperação judicial. Um cenário muito de distressed M&A. Estou notando poucas mudanças nesse perfil, mas existe uma movimentação, porque o número de casos está aumentando".

Segundo o relatório “Mine 2017: Stop. Think. ”, da PwC, o ano de 2016 marcou a retomada de lucro para as 40 maiores empresas da indústria global de mineração. O resultado líquido desse grupo foi de US\$ 20 bilhões, em comparação com um prejuízo de US\$ 28 bilhões em 2015. A Vale ocupa a 5ª posição nesse estudo.

Outro fato que evidencia a retomada ainda que tímida do setor, são as três Ofertas Iniciais de Ações (IPOs, na sigla em inglês) de empresas com ativos de mineração em solo brasileiro que ocorreram neste ano. São elas: a Ero Copper, companhia controladora da Mineração Caraíba, a Votorantim Metais (atual Nexa Resources) que fez um pedido de IPO nas bolsas de Nova York e Toronto, e a primeira oferta do ano, que ocorreu em junho e foi de uma empresa que possui projetos de diamantes no Brasil, a Five Star Diamonds.

Medidas que não podem ser provisórias

Há três medidas provisórias (MPs 789, 790 e 791) que mudam as regras no setor de mineração e já passaram pelas comissões mistas do Congresso, sendo transformadas em Projetos de Lei de Conversão (PLVs 38, 39 e 37, respectivamente). Até 28 de novembro, essas MPs precisam ser votadas nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado para serem aprovadas e transformadas em leis.

Graciema Almeida credita a inversão na ordem da conversão das MPs em PLVs ao número de emendas, de sugestões de alterações e polêmicas que cada uma acumulou. “A 791 é a que tinha menos polêmica em seu conteúdo. O objeto dela é criar a Agência Nacional de Mineração [ANM]. Isso dá supostamente mais estabilidade e menos ingerência política. Uma agência tem mais autonomia e fica voltada para o setor”.

Para Pedro Garcia, sócio da área de Mineração do Veirano Advogados, houve uma apresentação excessiva de emendas, e essas normas correm o risco de perderem a validade. Preocupação que também atinge as associações do segmento, ansiosas para saber se efetivamente essas MPs serão votadas ou não. Procurado pela redação Lexis 360, o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) disse preferir aguardar as definições no Congresso sobre as mudanças no marco regulatório para depois se pronunciar. Até o fechamento deste texto, não obtivemos resposta da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

As medidas provisórias foram anunciadas em 25 de julho, em cerimônia no Palácio do Planalto, quando foi lançado também o Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira. Elas alteram 23 pontos no Código de Mineração. Entre eles, o aumento nas alíquotas da CFEM (de 2% para até 4%), que podem cair via decreto presidencial, e a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável atualmente pela regulação e fiscalização do segmento, na agência reguladora.

Pedro Garcia concorda que houve um excesso com relação à CFEM e afirma que a agência é bem recebida por todo o setor. No entanto, alerta para a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) que não estava na medida provisória original (790) e surgiu com o projeto de lei de conversão (39). “Minha preocupação é que o CNPM diminua a independência da agência. Agências fracas são péssimas para os setores. Se a ANM não tiver independência, teremos um setor frágil, no fim das contas”, argumenta.

Panorama minerário

Sejam lá quais forem as regras, o governo precisa defini-las o quanto antes. Os investimentos em mineração são de longo prazo e precisam de estabilidade para serem executados, caso contrário os investidores e as grandes companhias não se arriscam. Uma empresa nova no mercado, por exemplo, leva de 10 a 12 anos para começar a produzir minérios.

Na primeira década dos anos 2000, os preços dos metais estavam altos, e o Brasil surfou nessa onda, atraindo o interesse de empresas de mineração. Depois, houve a estagnação e a combinação da crise econômica brasileira com a queda do valor dos minérios no mercado internacional. Quando a crise abateu o setor, várias empresas que tinham um portfólio grande de minérios decidiram concentrar seus esforços nos principais. Desinvestiram de outras iniciativas e, com isso, surgiram vários interessados, nacionais e internacionais.

“Quando o mercado estava em baixa, vimos os fundos abutres fazendo ofertas mais agressivas, para salvar determinados ativos, e aquisições de empresas maiores comprando participações nas menores”, lembra Pedro Garcia, do Veirano. Por ser um setor regulado e multidisciplinar — além dos direitos societário e minerário, envolve o ambiental, o imobiliário e um tributário específico (CFEM, etc) —, o minerário possui aspectos específicos que devem ser tratados nas operações.

Particularidades do setor

Um deles é o fato de investigar e lidar com eventuais direitos de terceiros sobre o resultado da lavra, que, por vezes, é conferido como forma de pagar uma obrigação decorrente de lei (direito do superficiário à indenização e renda) ou é negocial (alguém que financia a operação em troca de um percentual do resultado da lavra, que também é chamado de royalty). Os advogados devem levar em conta o prazo de vigência dos direitos minerários, que depende do estágio em que se encontram, e os riscos de perda desses direitos.

Em uma reestruturação societária, a transferência dos direitos minerários não é meramente societária/contratual e tem que ser requerida ao órgão competente (DNPM/ANM). Uma cláusula importante que pode aparecer nos contratos dessas operações é um non-compete geográfico, chamada de “área de interesse”, que visa impedir que as partes adquiram direitos minerários no entorno dos direitos do objeto do negócio para não criar concorrência.

Com relação às barragens, após o acidente em Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015 entre os distritos mineiros de Mariana e Ouro Preto, o DNPM criou um mecanismo de controle mais rigoroso sobre as condições de segurança. “Antes de Mariana, a atenção não era tão grande em matéria de fiscalização. Por conta da repercussão e por todos os processos movidos pelo Ministério Público Federal, os órgãos têm sido muito mais rigorosos no acompanhamento da estabilidade das barragens, com relatórios quinzenais de situação e os mais detalhados que devem ser entregues a cada três ou seis meses”, explica Pedro Garcia.

Fonte: Veirano Advogados

Data: 17/11/2017



DEPUTADOS CRITICAM DEPENDÊNCIA EXTERNA NA ÁREA DE FERTILIZANTES

Representante da Embrapa alerta que produção nacional só atende mais uma safra

Os deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara defenderam hoje, em audiência pública, uma ação política coordenada para mudar o fato de que o Brasil tem que importar 80% dos insumos para a fabricação dos fertilizantes que consome. De acordo com os convidados ouvidos, a dependência, que chega a 95% no caso do potássio, deixa os agricultores a mercê da produção de poucos países.

José Carlos Polidoro, da Embrapa, disse que o Brasil tem produção suficiente para apenas uma safra. "Quem milita no tema há muito tempo sabe o que aconteceu em 2008. Que foi só ter um probleminha lá na Rússia com a jazida de potássio deles. Pisaram no tubo lá dos 4 grandes fornecedores de potássio. E o preço de todos os fertilizantes NPK praticamente dobraram da noite para o dia. Isso aconteceu num ano. Voltou ao normal? Voltou. Mas é um alerta que nós temos que ter", disse.

Reservas

Ao mesmo tempo, o deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR) lembrou que o país tem grande potencial de exploração, sendo que o Amazonas pode conter a terceira reserva de potássio do mundo. Segundo Vicente Lôbo, do Ministério de Minas e Energia, faltam investimentos no setor que poderiam ser atraídos tanto com incentivos fiscais quanto com a exigência de contrapartidas das empresas que adquirem áreas de exploração.

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC) disse que também existe uma ação de grupos estrangeiros contra a exploração de áreas como a Renca, Reserva Nacional de Cobre e Associados, no norte do Pará, que tem reservas de fosfato; e Anitápolis, em Santa Catarina, que também tem o mineral.

"Fizeram um 'auê' em cima da questão ambiental e não deixaram nós termos a nossa autossuficiência em fósforo, que é a nossa reserva lá de Anitápolis. Com argumento de que destruía a natureza, não ia mais ter água. Engenharia ambiental e estudos ambientais existem para você aprender, você saber usar a natureza com todas as técnicas de mineração. Se fosse assim, não pode mais ter mineração em lugar nenhum do mundo", afirmou o parlamentar.

Renca

Em Anitápolis, a ONG Montanha Viva conseguiu uma liminar judicial contra o projeto de retirada do fosfato, alegando riscos ambientais e sociais. Já a Renca teve sua abertura anunciada este ano pelo governo, mas a decisão foi revista após uma intensa repercussão negativa entre os ambientalistas.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Autor: Silvia Mugnatto

Data: 22/11/2017



ORE DEPOSITS IN AN EVOLVING EARTH

This 2015 publication by the Geological Society, London, reports on mineral systems and their genesis, addresses specific mineral deposits, and ends with interesting material on various aspects of global mineral resources and their future. Following an introduction by the editorial team, the publication comprises 13 articles, briefly described below.

The first and rather short article by P.A. Cawood and C.J. Hawkesworth, entitled “Temporal relations between mineral deposits and global tectonic cycles,” nicely covers the highly complex temporal rapport of mineral deposits and tectonic cycles, specifically addressing the changes in the record of Earth’s geological history of the hydrosphere and atmosphere, global heat flow and tectonic trends. The authors point out that the peak of igneous activity and the development of ancient passive margins largely correspond with the assembly, and subsequent breakup, of supercontinents. The supercontinent cycles are effectively connected with the generation of carbonatites, greenstone belt deformation events, and the formation and distribution of mineral systems, such as orogenic Au, VMS, and MVT.

The next article, by D.R. Mole et al., is entitled “Crustal evolution, intra-cratonic architecture and the metallogeny of an Archaean craton.” The authors use the distribution of Sm-Nd isotopic data for granites and felsic volcanic rocks in the Yilgarn craton of Western Australia to understand the formation and localization of mineral deposits in the craton. The results of the Sm-Nd isotope analyses are reported for the Eastern Goldfields Superterrane (Yamarna, Burtville, Kurnalpi, and Kalgoorlie terranes), and the Youanmi (Southern Cross and Murchison domains), South West, and Narryer terranes. The spatial variations of the Sm-Nd data are attractively shown in Figures 10 and 11 (TDM2 and ϵ_{Nd}), whereas Figure 12 (ϵ_{Nd}) displays the location of Au and Fe deposits, and Figure 13 (ϵ_{Nd}) shows the location of komatiite-hosted Ni deposits.

The third article is by T. Angerer et al. and is entitled “A mineral system approach to iron ore in Archaean and Palaeoproterozoic BIF of Western Australia.” It focuses on the Fe deposits of the Hamersley Province, bordering the Pilbara craton, mostly composed of what is generally known as superior-type BIF, and the Yilgarn craton, where Algoma-type (exhalative) BIF in greenstone belts is becoming an increasingly important Fe resource. The Hamersley Province is well-known worldwide, with the Tom Price and Paraburdoo high-grade supergene-modified hypogene ores (martite-microplaty hematite), the Mt Whaleback martite-hematite ores, and the Mining Area C and Hope Downs (Marra Mamba iron formation) martite-goethite ores. In the Yilgarn craton, the main deposits include Koolyanobbing and Windarling (Southern Cross domain), Beebyn and Madoonga (Murchison domain), and Matthew Ridge (Narryer terrane). This article is a much-needed, thorough summary of BIF-hosted Fe ores, realistically valid for other similar settings in the world.

B.W.D. Yardley and J.S. Cleverly follow with an interesting analysis, “The role of metamorphic fluids in the formation of ore deposits.” A number of mineral deposits are well-connected with metamorphism, particularly the often-cited and published orogenic (lode) Au deposits, which are associated with devolatilization processes. They discuss where and when fluids are released from metamorphic rocks. Three types of fluid regimes are considered: (1) early stages of prograde metamorphism with fluids moving into grain boundary networks, (2) continuous fluid release resulting from reduction in porosity, and (3) evolving pore fluids released from minerals and flowing to sites of lower density. Thus, metamorphic rocks become a potential sink for the fluids and eventually become the host rocks of the ores. It is pointed out that the composition of the metamorphic fluids mostly depends on the original nature and quantity of fluids in the sedimentary succession at the onset of metamorphism. The case of sedimentary basin brines is thought provoking; their salinity has quite large variations from bittern brines with high Br/Cl to halite-dominant brines. The authors of this article continue looking at the mineralization potential in terms of chemical, metamorphic segregation-infiltration, and flow considerations.

P. J. Treloar et al. present “The Massawa gold deposit, Eastern Senegal, West Africa: An orogenic gold deposit sourced from magmatically derived fluids?” and provide an example of an orogenic Au deposit whose origin may be attributed to magmatic fluids. The studied deposit is located within the Kédougou-Kéniéba inlier of the West African craton. Evidence of a magmatic fluid contribution is provided by the presence of molybdenite-bearing veins that cut the pyrite-arsenopyrite-Au stage and are themselves cut by the quartz-stibnite-Au veins. The presence of aurostibite in the latter veins of the Massawa deposit has been linked to plutonic and/or epithermal hydrothermal systems.

The world-renowned Bendigo, turbitite-hosted, Au-bearing quartz vein systems are treated by S.W. Bull and R.R. Large in “Setting the stage for the genesis of the giant Bendigo ore system.” In this paper, following an overview of the general setting and deformation features of the Bendigo gold fields in central Victoria (Australia), the authors provide a model of the sedimentary facies architecture of the Bendigo Au-hosting turbiditic sequence based on the deep water channel-levee system of a relatively narrow incised channel (known in fluvial sedimentological circles as thalweg), in which organic-rich black shales of the Au-bearing reefs are associated with Au- and As-bearing diagenetic pyrite. Good details are given about diagenetic pyrite and hydrothermal pyrite in the sedimentary rocks.

N.R. Moles et al. deliberate in “Abundant sulphate in the Neoproterozoic ocean: Implications of constant $\delta^{34}\text{S}$ of barite in the Aberfeldy SEDEX deposits, Scottish Dalradian.” Here the Dalradian in the Grampian region in Scotland is host to the Aberfeldy and Glen Lyon SEDEX deposits. The article focuses on the Neoproterozoic stratiform Foss and Duntanlich barite deposits (Aberfeldy SEDEX) with a strike length of >25 km and an estimated resource of about 20 Mt of BaSO_4 and >8 Mt of SO_4 hosted in folded graphitic muscovite schist and quartzite (amphibolite facies metamorphism). The Aberfeldy SEDEX deposits are characterized by barite beds within chert units that extend laterally away from the barite ores and also comprise Ba-bearing feldspar (celsian) and pyrite. The barite beds have variable amounts of galena, sphalerite, pyrrhotite, magnetite, ferroan dolomite, hyalophane, and Ba-rich micas. New isotopic data ($\delta^{34}\text{S}$ and $\delta^{18}\text{O}$) on barite and sulfides are indicative of a reservoir of oceanic seawater sulfate in the Neoproterozoic. The Scottish Dalradian is taken up again in the next article, “How

the Neoproterozoic S-isotope record illuminates the genesis of vein gold systems: An example from the Dalradian Supergroup in Scotland,” by N.J. Hills and coworkers, but this time with regard to gold-bearing vein systems. The Dalradian rocks, extending from Northern Ireland through Scotland, were subjected to several stages of deformation and metamorphism (up to amphibolite facies) related to the Caledonian orogeny and host the largest gold resources in the United Kingdom. Gold deposits include Cavanacaw and Curraghinalt in Northern Ireland, and Cononish, Glenorchy, and Rhyne in Scotland, mostly dominated by quartz veins with sulfides.

J.M. Shuster et al. authored “The immobilization of gold from gold (III) chloride by a halophilic sulphate-reducing bacterial consortium.” This is a short but very interesting work looking at gold complexing and the role of salt-loving bacteria as exemplified by the Basque Lake no. 1 occurrence in British Columbia. Gold (I) complexes disproportionately to contemporaneous soluble elemental gold and gold (III) chloride complexes. High Au concentrations are normally found in saline waters and hypersaline groundwater, the latter near mesothermal Au deposits. Chemolithotrophic bacteria obtain their metabolic energy through the oxidation of organic compounds and use sulfate as an electron acceptor, with soluble hydrogen sulfide, from which insoluble Fe sulfide then precipitates.

“Challenges to global mineral resource security and options for future supply,” by P.A.J. Lusty and A.G. Gunn, is an eye-opening article focusing on increasing global demand for minerals, how much we have left, security of supply and criticality, and global responses and supply options. The authors point out the new frontiers in mineral resources, such as those on the sea floor, which include large quantities of U, Cu, Zn, Co, Ni, Li, REE, P, Mn, and Te. S.E. Kesler and B.H. Wilkinson use “Tectonic-diffusion estimates of global mineral resources: extending the method: granitic tin deposits” to estimate tin in Phanerozoic granitic rocks. The tectonic-diffusion method involves a compilation of ages, the number of a given type of mineral deposits in the crust multiplied by their average size to assess the global mineral endowment. “The criticality of metals: A perspective for geologists,” by T.E. Gradel and N.T. Nassar, draws attention to poor knowledge of economic geology, shortage of information on resource use, and lack of understanding of the concept of “criticality.” The authors give a good illustration of the life cycle of metals in their Figures 1 and 2, from mining to end-of-life (EOL).

With L.M. Cathles, we have the insightful and optimistic last article in this good volume: “Future Rx: Optimism, preparation, acceptance of risk.” Cathles—rightly, in my opinion— maintains that all of humanity should reach a high living standard (comparable to that of Europeans today). World population is projected to increase to 10.5 billion by 2100. Energy is the most essential resource. Renewables (geothermal, hydro, tidal, solar, wind, etc.) have the challenge of very large area requirement (see, for example, solar and wind turbines).

I find this volume quite an impressive collection of contributions, well worth the attention of students of all facets of mineral systems. The Geological Society of London maintains its very high standard with this Special Publication 393.

Fonte: Society of Economic Geology

Autor: Franco Pirajno

Data: September 2017



DIGITALIZAÇÃO TRANSFORMARÁ O FUTURO DA MINERAÇÃO

Mineradoras em um contexto global enfrentam cada vez mais a pressão pela competitividade no setor, o que leva as empresas a buscar novas formas de aumentar a taxa de produção de suas operações e a reduzir o custo da tonelada produzida. A solução para esses desafios pode estar na digitalização dos processos, o que permite automatizar, integrar dados e otimizar em tempo real as operações

Em busca da otimização de seus processos, mineradoras estão investindo cada vez para transformar seus processos em digitais. "Nós desenvolvemos uma plataforma industrial que permite utilizar os softwares na nuvem, o que faz com que a tecnologia seja muito mais acessível, barata e rápida de implementar", afirma Claudio Toro, diretor comercial para América Latina da GE.

Segundo o executivo, a empresa também desenvolveu uma série de aplicativos que fazem uma análise complexa que permite prevenir falhas em equipamentos ou processos. "A tecnologia está direcionada ao desenvolvimento do software para melhorar a produtividade das mineradoras. Hoje em dia se pode melhorar recuperações nas minas de cobre que vão entre 5 e 7 pontos percentuais em recuperação, o que significa retornos milionários para as empresas com um investimento bastante baixo", disse.

De acordo com especialistas, a tendência no setor de mineração é eliminar ativos, ter menos equipamentos nas minas, assim como processar o mineral in situ. Outra tendência são as minas automatizadas, de forma a possibilitar menos trabalhadores dentro da operação, para iniciar o trabalho remoto, o que significa colocar mais inteligência em equipamentos móveis.

"Há empresas com as quais estamos associados, que estão usando nossa tecnologia para operar caminhões autônomos, sem condutor. A operação de caminhões no futuro vai ser feita desde o centro de operação remota", disse Toro.

Por outro lado, no Peru, a ABB, empresa de soluções tecnológicas de automatização e energia para a indústria, digitalizou os processos de mais da metade das minas do país durante mais de 20 anos. Neste ano a empresa apresentou ao mercado a plataforma interativa ABB Ability, que integra 180 soluções e serviços digitais alojados na nuvem e destinados a resolver diversos problemas industriais e gerar novas oportunidades de negócio para os clientes.

"A digitalização é uma megatendência. As empresas de mineração devem adaptar-se as condições de um mercado exigente, que gere maior rendimento de material mediante operações inteligentes", afirma Miguel Vallés, gerente de serviços da ABB no Peru.

Para ele, um dos desafios que enfrenta a mineração é melhorar a comunicação entre os diferentes equipamentos e sistemas da mina, para que a informação não esteja isolada, mas permitindo a integração mediante uma melhor conectividade. Do contrário, isso duplicaria os custos.

Vallés afirma que a indústria a nível mundial perde US\$ 20 bilhões, o que representa 5% de sua produção anual, devido a paradas de produção não programadas.

"80% dessas perdas se podem evitar e 42% acontecem por erro do operador. Para isso, existem soluções como o sistema de controle distribuído ABB Ability, que faz o monitoramento e assistência remota e tem a capacidade de melhorar a eficiência, a performance do operador e a utilização dos ativos", declara.

Investimento

Segundo Toro, atualmente o Peru é o país que mais está investindo na região no setor de mineração. "O investimento a ser executado até 2020 está em torno de US\$ 40 bilhões. Embora esse investimento esteja relacionado com novas instalações. Para vários clientes interessa poder melhorar a produtividade dessas operações, para alcançar melhorias em produtividade da ordem de 2% a 3%, o que significa maiores ganhos para a mineração no Peru", disse.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 17/11/2017



MINÉRIO DE FERRO DESAFIA MERCADO E PASSA DE US\$ 65

Após conseguir se sustentar em patamares mais elevados do que o mercado esperava nas últimas semanas, o minério de ferro ganhou fôlego renovado. Os preços do produto com teor médio de 62% de ferro entre no porto chinês de Qingdao subiram 4,27% ontem e fecharam em US\$ 65,17 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin".

Esse é o maior valor da commodity desde 21 de setembro e já representa valorização de 11,36% durante este mês. No ano, contudo, a queda ainda é de 17,37%. Como em outubro houve recuo de 5,7%, a cotação média do quarto trimestre até agora continua baixa, em US\$ 61,76 - 13,5% abaixo do terceiro trimestre e queda de 12,4% em comparação anual.

Para a consultoria Capital Economics, os preços ainda devem cair nos próximos meses, pressionados não apenas pelo enfraquecimento da construção civil e pela desaceleração da economia na China, como também pelas paradas programadas na produção siderúrgica do país asiático.

Os fechamentos de produção - a pedido do governo por questões ambientais - vão remover cerca de 30 milhões de toneladas de produção de aço do mercado, 3% da produção chinesa anual, com produtores de aço menores e menos eficientes provavelmente mais afetados, aponta.

Ontem, a Worldsteel Association, que acompanha o mercado siderúrgico em 66 países, informou que a produção continuou forte na China em outubro mesmo com as paradas. Foram 72,4 milhões de toneladas, 6,1% a mais do que no mesmo período do ano passado.

"No papel, a produção já deveria começar a cair substancialmente nos próximos meses. Mas como os preços do aço seguem elevados, acreditamos que as produtoras chinesas que não foram fechadas estão acelerando sua operação para conseguir se aproveitar [das boas margens]", diz a Capital Economics.

A consultoria lembra que o recuo na cotação do minério já era esperado mesmo sem as paradas, por conta das restrições do setor de construção chinês, devido ao aumento de dificuldade na oferta de crédito. "Pensamos que já existem sinais claros de que a economia chinesa está desacelerando e os níveis atuais de demanda e produção de aço provavelmente não serão mantidos, mesmo sem a influência do governo."

Fonte: Valor

Autor: Rodrigo Rocha e Renato Rostás

Data: 23/11/2017

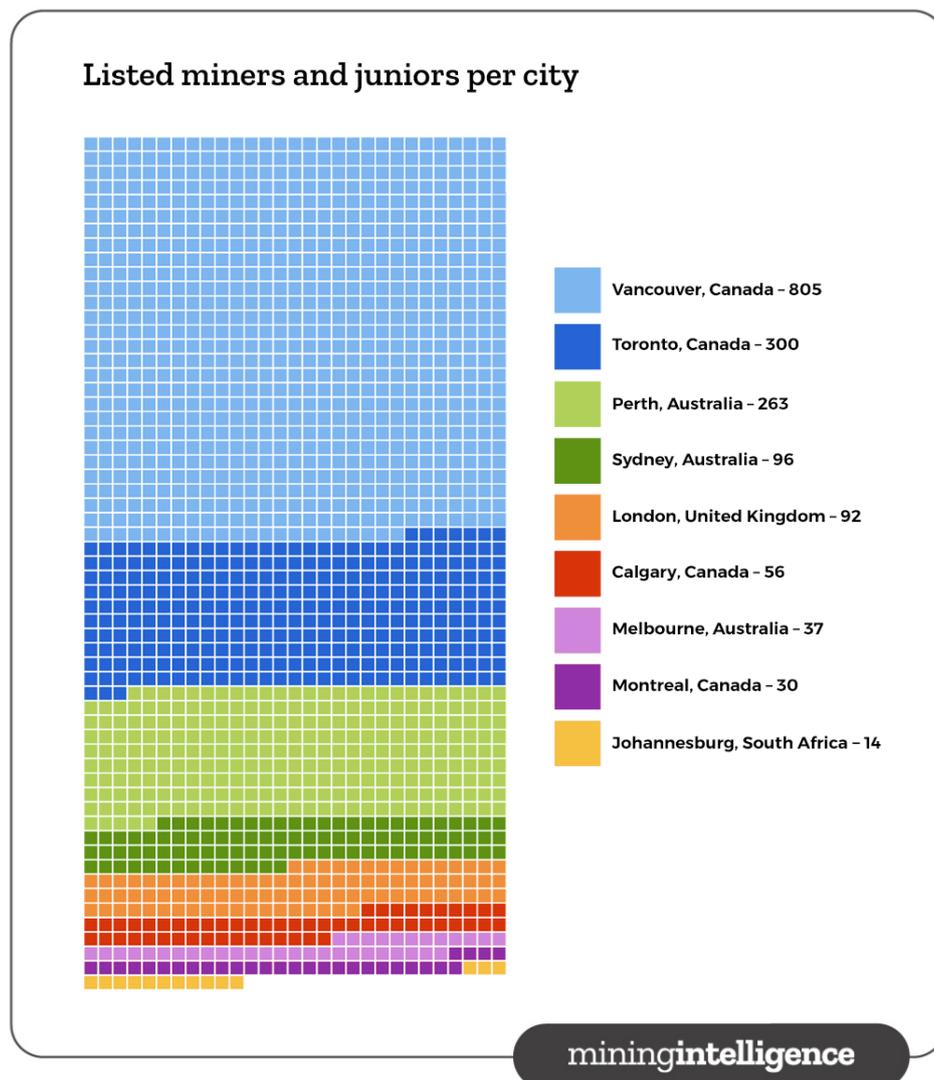


VANCOUVER IS THE WORLD'S MINING CAPITAL

We are calling it. Vancouver is the mining capital of the world with over 800 miners and juniors headquartered in the city.

Counted are companies that are publicly-traded and active as of November 2017. Data is based on Mining Intelligence's tracking of several thousand mining and junior companies worldwide. List does not include suppliers, consultancies or private companies.

No surprise that Toronto is second and Perth is third.



Left off the list is several US cities like New York, Denver and Salt Lake City that had mining headquarters numbering in the single digits.

Is there a city we didn't consider? Is there a better measure to choose the world's mining capital? Let us know in the comments, and we will update.

Fonte: Mining

Autor: Michael Allan McCrae

Data: 17/11/2017



PROJETO DA MTR PODE PRODUZIR 9 MIL TONELADAS ANUAIS DE TERRAS-RARAS

A Mineração Terras Raras (MTR) desenvolve em Poços de Caldas, na região Sul de Minas Gerais, o projeto Morro do Ferro, que tem o objetivo de explorar uma área com 3,55 milhões de toneladas de minério com um teor médio de 3,9% de óxidos de terras-raras (OTR). A expectativa da empresa é de produzir 3 mil toneladas anuais de OTR nos primeiros anos do empreendimento, até alcançar a produção anual de 9 mil toneladas

De acordo com Elmer Salomão, diretor da mineradora, ainda é cedo para projetar o início da produção. Segundo ele, a expectativa da empresa é de obter a Licença Prévia para o projeto no final de 2018. No ano seguinte, conseguir a Licença de Operação, para no final de 2019 ou início de 2020 iniciar a construção da refinaria e da mina. Antes de meados de 2021 o projeto Morro do Ferro não deve iniciar a produção, porém Salomão afirma que o projeto depende de "várias etapas sobre as quais não tem controle".

"O projeto é uma pequena mina para uma grande refinaria", afirmou o executivo, em entrevista por telefone ao Notícias de Mineração Brasil (NMB) na tarde desta terça-feira (21). Segundo ele, as projeções para o tempo do projeto também podem ser reduzidas, de acordo com fatores mercadológicos e parcerias.

"Estamos fazendo os licenciamentos, vamos entregar o EIA/RIMA por volta de julho ou agosto do ano que vem", declarou. "O projeto está indo bem. A cada dia que passa é melhor que o dia anterior. Estamos muito felizes com o projeto, podemos considerar que é um dos melhores projetos do mundo", disse.

Segundo as projeções atuais da empresa, o investimento no projeto é de aproximadamente US\$ 150 milhões, no entanto o valor pode variar de acordo com o volume de produção. Para os três primeiros anos, a projeção da MTR é de produzir 3 mil toneladas de óxidos de terras-raras, entre o quarto e o sétimo ano, 6 mil toneladas, até chegar às 9 mil toneladas do oitavo ao décimo oitavo ano do empreendimento.

De acordo com a MTR, o minério do projeto Morro do Ferro é um material saprolitizado derivado das rochas alcalinas regionais, fortemente brechado e alterado hidrotermalmente. Localmente, associa-se ao corpo de minério uma trama de veios de magnetita/goetita. A natureza do depósito, constituído por rochas alteradas e argilosas, sem cobertura estéril, permite lavra a céu aberto com desmonte mecânico.

Mineração Terras Raras

A Mineração Terras Raras (MTR) é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, 100% nacional, focada exclusivamente no desenvolvimento do depósito de Terras Raras de Morro do Ferro, em Poços de Caldas (MG). A empresa foi adquirida em 2012 por seus atuais acionistas.

O conselho da mineradora é formado pelo CEO, Elmer Salomão, geólogo com 45 anos de experiência no setor de mineração e ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Jercineide Castro, economista; Afonso Figueiredo, geólogo com 47 anos de experiência no setor de mineração e trabalhos em mineradoras como Vale, BP Minerals e Rio Tinto; e Antônio Carlos Menezes, diretor da empresa e economista com 45 anos de experiência no setor e executivo da Gold Miners Brazil Association.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Paulo Mangerotti

Data: 21/11/2017



VENEZUELA REIVINDICA CERTIFICAÇÃO DA SEGUNDA MAIOR RESERVA DE OURO DO MUNDO

Descobertas de novas jazidas nos últimos anos despertou interesse de empresas internacionais

Além de ter a maior reserva de petróleo do mundo, a Venezuela pode chegar a ser o segundo país com a maior jazida de ouro. O governo venezuelano solicitou, recentemente, a certificação de suas reservas provadas de ouro junto a agências internacionais do Canadá, África do Sul, Chile e Angola.

A atividade mineira, apesar de suas controvérsias, pode significar uma nova chance para os venezuelanos de recuperar sua economia, estabelecer novos modelos de produção mineira e aprofundar o controle popular sobre as riquezas minerais do país.

Atualmente, segundo informações divulgadas pelo presidente Nicolás Maduro, o país tem uma reserva provada de 4,3 mil toneladas e um potencial que pode chegar a sete mil toneladas de ouro, além de uma grande quantidade de diamantes e nióbio, conhecido popularmente como “ouro azul”. As reservas estão localizadas em uma área de 180 quilômetros quadrados, denominada de Arco Mineiro, ao sul do estado Bolívar, na região central do país.

Por ser um recurso econômico de grande impacto ambiental e social, o Estado venezuelano havia abdicado de fazer sua exploração em grande escala. Até 2016, a exploração do ouro no país era feita de forma artesanal e informal. A estimativa é que o país produza atualmente cerca de 26 toneladas de ouro por ano, de acordo com dados do Ministério do Poder Popular para o Desenvolvimento Mineiro Ecológico, criado em junho de 2016.

“Essa é a primeira vez que a Venezuela tem um ministério dedicado unicamente à mineração e foi criado para atender o setor de forma prioritária. Esse ano

captamos mais de cinco toneladas de ouro, comprados de pequenos mineiros. Antes disso, toda a produção de ouro era vendida por meio de contrabando e saía do país”, afirma o presidente da Missão Piar, José Ortiz. Missão Piar é o órgão dedicado à promoção do desenvolvimento social e ecológico da região explorada e está ligado ao Ministério Mineiro.

Projeto

Atualmente, 99% das 26 toneladas produzidas é feita por mineiros informais e pelo menos 21 toneladas são retiradas do país de forma ilegal, por maio das fronteiras com o Brasil e a Colômbia.

Para acabar com essas ilegalidades e transformar a atividade mineira em uma economia rentável, o governo do presidente Nicolás Maduro lançou o plano de desenvolvimento do Arco Mineiro. Além de criar uma legislação tributária específica para o setor, o governo pretende implementar uma série de iniciativas que diminuam os impactos sociais e ambientais da atividade.

Com recursos limitados devido à crise econômica e o baixo preço do petróleo, o governo venezuelano foi buscar investimentos fora do país. “Alguns países já estão fechando acordos para investir no setor, entre eles estão Rússia, China, Canadá e Angola. Já estamos na fase final das negociações para grandes projetos de exploração da atividade mineira”, afirma o presidente da Missão Piar.

No entanto, Ortiz garante que os recursos naturais continuarão no controle do Estado. “A Venezuela fixou uma posição bem clara, de que não vai entregar suas riquezas minerais para o controle de empresas estrangeiras. Os investidores que estão interessados vão fazer a exploração juntamente com o Estado venezuelano, através dos mecanismos de empresas mistas. A participação do Estado será de pelo menos 55%, o que nos garante o controle sobre as reservas”, esclarece.

Estabelecidas essas condições, as empresas continuarão interessadas, pois segundo Ortiz, a margem de lucro que permite uma recuperação do investimento é aceitável.

Ele afirma ainda que a rentabilidade da atividade mineira possibilita uma exploração com impacto ambiental controlado. Sobretudo, porque trata-se de uma das atividades econômicas com um dos maiores níveis de degradação do meio ambiente.

Outra preocupação é que no mundo inteiro, a principal característica ao redor do setor mineiro é a pobreza, apesar de ser uma atividade que gera riquezas. Cerca de 85% do ouro produzido no mundo é destinado à fabricação de joias e às reservas mundiais de riqueza de países e de famílias. Cerca de 8% é destinado à indústria de fabricação de equipamentos e aparelhos tecnológicos. O restante é dividido entre várias atividades.

As justificativas dos níveis de pobreza ao redor da produção de ouro são explicadas por Ortiz. “Acreditamos que essa questão está ligada ao nível de responsabilidade do Estado com a atividade mineira. Por isso o governo venezuelano definiu um conjunto de planos. Em primeiro lugar, 60% dos benefícios que a atividade mineira gerar serão destinados ao desenvolvimento social, quando os grandes projetos começarem a ser implementados”, garante.

Novo modelo

O governo venezuelano tem o desafio de desenvolver a atividade de mineração sem causar os impactos vistos em outros lugares do mundo. “O principal fator da degradação ambiental é o ritmo insano de produção das empresas mineiras. Isso foi o que causou o acidente de Mariana, em Minas Gerais. Portanto, o governo da Venezuela tem a oportunidade de estabelecer um novo modelo de produção, onde as empresas precisam assumir sua responsabilidade, recuperar as áreas degradadas, e o Estado controlar o ritmo de produção e seus impactos”, afirma o Márcio Zonta, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), do Brasil.

Segundo Zonta, a experiência da mineração no Brasil, Peru e Guatemala é um exemplo de como a atividade mineira pode causar mazelas sociais, destruição ao meio ambiente e até mortes, devido às disputas econômicas nessas regiões. “A mentalidade que rege a mineração na América Latina é a mesma nos últimos 500 anos. Não há uma preocupação das empresas mineiras em diminuir os impactos ambientais. O uso do mercúrio e as enorme crateras abertas pelas mineradoras são deixadas para trás como uma herança maldita dessas empresas capitalistas”, observa Zonta.

Mecanismo

Em algumas regiões do estado de Bolívar, na Venezuela, a atividade mineira era controlada por algumas máfias e grupos armados que usavam a exploração do ouro como uma fonte de autofinanciamento. Por isso, o governo vem fortalecendo os mecanismos de organização popular dos trabalhadores mineiros, para retomar o controle da zona.

“Apostamos no empoderamento do poder popular para diminuir a influência dos grupos armados. Isso teve bons resultados”, afirma José Ortiz. Ele explica ainda que, na medida em que os movimentos populares de cada uma dessas áreas mineiras avançam, os grupos armados recuam.

O segundo elemento é o controle das Forças Armadas Nacional Bolivarianas que tem um plano de criação da zona de segurança do Arco Mineiro. “Estamos avançando nesse sentido. O Estado precisa ter o controle das armas nessa região e o poder popular o controle político e produtivo dessa área. Estamos trabalhando muito forte para isso”, diz Ortiz.

Outro desafio é eliminar a corrupção sobre esse setor que pode ser o segundo motor econômico do país, depois da atividade petroleira. Além dos mecanismos de fiscalização já estabelecidos pelo Estado, o governo venezuelano está criando “controladorias populares”.

O fundo de investimento social terá controle da população. “O povo precisa participar do planejamento e da execução dos investimentos sociais. Por isso estamos estabelecendo as controladorias populares, para que a população possa ter o controle real desses recursos”, ressaltou Ortiz.

Fonte: Brasil de Fato

Autor: Simone Freire

Data: 21/11/2017